



Os servidores vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social das prefeituras terão a oportunidade de conhecer detalhes do Plano Família Previdência Municípios, produto desenvolvido pela Fundação e que está sendo ofertado para a adesão dos entes federativos a um Regime de Previdência Complementar (RPC).

A live, uma parceria da Fundação com a consultoria BRPREV Atuários, será uma aula sobre como implementar o RPC nos municípios, com apresentação do Diretor-Presidente, Rodrigo Sisnandes Pereira e está agendada para o próximo dia 06 de agosto, às 10 horas, com transmissão pela Plataforma Zoom.

O objetivo é esclarecer dúvidas sobre a implantação do RPC nos municípios e apresentar as vantagens de contratar um plano já estruturado e com gestão de uma entidade consolidada no mercado. O “Família Previdência Municípios” possui características flexíveis para os entes federativos ofertarem uma previdência complementar de acordo com suas necessidades e com baixo custo.

[As inscrições para a live podem ser feitas aqui](#)

Neste ano, os municípios que possuem regimes próprios de previdência social deverão ofertar, obrigatoriamente, um regime complementar para os servidores que ganham acima do teto da previdência. O prazo para implantação encerra no próximo dia 12 de novembro, conforme estabelecido pela lei que instituiu a nova previdência em 2019.

O Regime de Previdência Complementar funcionará com as contribuições paritárias dos servidores e do ente federativo e serão constituídas contas individuais em nome de cada servidor. O servidor terá mais uma fonte de geração de recursos formada pelo retorno dos investimentos sobre essas contribuições. Isso acontecerá porque o sistema de previdência complementar adota o regime de capitalização para lastrear o fundo garantidor de benefícios dos participantes. O servidor poderá passar para outro patamar financeiro com um potencial de ganhos de rentabilidade dos

investimentos no regime complementar.

Esse é um novo mercado que se abre para a Fundação. A Entidade vem realizando, nos últimos meses, uma série de reuniões com prefeituras, estabelecendo contatos com representantes do poder público municipal e inclusive foi procurada por prefeituras de outros estados.

“Temos um plano de previdência pronto para atender os entes federativos e que garantirá uma adesão rápida e sem taxas para prefeituras e servidores. Não faz sentido para a administração municipal criar, do zero, uma entidade de previdência complementar, considerando todos os custos que envolvem a gestão previdenciária”, afirma Rodrigo Sisnandes Pereira, Diretor Presidente da Fundação Família Previdência.

Com 41 anos de experiência no mercado, a Fundação faz a gestão de 12 planos previdenciários para mais de 20 empresas e entidades associativas. Está listada entre as entidades aptas a gerir regimes complementares no Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos, publicado pelo Ministério da Economia. É a maior gestora de previdência do Rio Grande do Sul, com um patrimônio de mais de R\$ 7 bilhões, 18,5 mil participantes e que administra uma folha mensal de R\$ 54 milhões em benefícios para 9 mil aposentados e pensionistas.

“Como entidade sem fins lucrativos, revertemos toda a rentabilidade líquida dos investimentos para os planos previdenciários dos participantes”, destaca Sisnandes. Nos últimos 15 anos (2006-2020), a rentabilidade da Fundação Família Previdência foi de 481,5%, enquanto o CDI, no mesmo período, rendeu 316,5%.

Fonte: [Fundação Família Previdência](#), em 29.07.2021.